



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

ATA DE REUNIÃO
II REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE
DE MAGISTRADOS E SERVIDORES - 2019

PAUTA

1. Atualização das questões do subcomitê.
2. Apresentação do Relatório de participação do 1º seminário sobre Política de atenção
3. Exames periódicos, Plano de Saúde
4. Adequação ao procedimento de competência de comissão/002694-78.2014.2000.0000 do CNJ, referente a criação de programas, projetos e ações com vista a reduzir as doenças mais freqüentes constatados nos exames periódicos de saúde, além dos maiores casos de absenteísmos.

PARTICIPANTES

Desembargador - Dr Elci Simões de Oliveira

Juiz - Dr. Aldrin Henrique Rodrigues

Divisão de Serviços Médicos – Ana Cyra Saunders Fernandes Coelho, Margerita Haikal (médica do Trabalho)

Divisão de Serviço Social – Fernanda Coelho de Souza

Divisão de Gestão de Pessoas- Mauro Saraiva

Divisão de Pessoal – Rosimary Rodrigues

Secretaria- Sarah Achur Tuma

RELATO DA REUNIÃO

Às 09(nove) horas do dia 02 de maio de 2019, no gabinete do Desembargador Elci, localizada no Ed. Desembargador Arnoldo Peres, deu-se início à reunião com o Desembargador Elci cumprimentando os presentes e abordando o assunto do primeiro tópico da pauta, questionando como o subcomitê se encontra diante das exigências do CNJ, o que esta sendo cumprindo e o que falta. Dra Ana Cyra informa que estamos numa posição razoável, já respondemos a alguns itens solicitados na resolução 207 como, a implantação do subcomitê de saúde, a apresentação dos dados referentes ao absenteísmo, mas está faltando, o que é o mais importante, a realização dos exames periódicos de magistrados e servidores e que estes ficaram atrelados ao plano de saúde, mas este plano não vai cobrir as necessidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Desembargador Elci informa que em Brasília e outros Estados, os Tribunais têm plano próprio de saúde, plano de autogestão. O Tribunal já fez a experiência mas ocorreram abusos como a realização de cirurgias plásticas, não deu certo e faliu. Os Tribunais que já têm implantado a um determinado tempo o Plano de alto gestão, com a experiência, já cortam essa abusividade. Desembargador Elci questiona Dra Ana Cyra, quanto a utilizarmos a experiência que eles já tem, se funcionaria para o TJAM a implantação do próprio plano de autogestão, pois contratar um plano de saúde em Manaus vai ser muito excessivo para o Tribunal. Dra Ana Cyra responde que seria necessário a criação de um comitê para estudar esta possibilidade, e esclarece que isso seria um estudo a longo prazo, já a questão dos exames periódicos é mais urgente pois são necessários exames de laboratório e clínica de imagem. Os exames periódicos são divididos por 3 faixas etárias, a primeira que é mais jovem são exames simples e realizados de 2 em 2 anos, a segunda e terceira faixa os exames são mais caros, tem que se fazer exames mais invasivos, na terceira faixa são realizados anualmente. O CNJ vai cobrar os exames periódicos e as ações que vamos implementar e reforçar, para diminuir o absenteísmo. As informações sobre absenteísmo e ações nós encaminhamos para o CNJ desde o primeiro ano de implantação. Desembargador Elci, reforça que o mais urgente é implantar os exames periódicos, e questiona como poderíamos fazer isto. Esclarece que foram no SESI mas não deu certo por causa do custo para o Tribunal. Ana Cyra acrescenta que a lei é bem clara, o responsável pelo exame é a instituição. Dr Aldrim coloca que é uma situação muito complicada porque o plano de saúde não cobre, nos normais, exames periódicos e o funcionário não vai querer abrir mão do auxílio-saúde, informando que não há como ficar na dependência sob questão ao problema da meta. Desembargador Elci, questiona uma solução. Dr. Aldrim coloca que o mesmo faz o mapeamento no sentido de encaminhar para a presidência uma sugestão, ficando a critério a conveniência, ressaltando a participação do subcomitê, em seguida, comenta o uso das atas de informar as ações, o resultado das reuniões, assim como outros subcomitês vem atuando.

Sarah, comenta a sugestão, que a uma opção perante as dificuldades do Tribunal, seria verificar a possibilidade de um convênio com um laboratório, no qual ele reduziria o preço. Dra. Ana Cyra sugere incluir ajuda do Serviço Social ou de outras parcerias. Dra. Margerita comenta sobre os exames periódicos, existe uma grade de exames complementares, que a maior faixa etária de 18 anos à 45 anos os exames são realizados de 2 em 2 anos, a mesma fez um levantamento informal junto ao laboratório, que dava mais ou menos, 74 reais por servidor, isso seria de 2 em 2 anos, a primeiro momento sendo todos os servidores. Dra. Ana Cyra fala sobre a questão da existência da tabela por faixa etária, em seguida, coloca outro aspecto que o Desdor Elci comentou, capital e interior, que o plano seria cobrir a capital, o interior ficaria pra um estudo, e os municípios que tem condições e que tenham laboratórios, poderão responder a esse quesito e poderiam ajudar a solucionar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

o problema. Desdor Elci, sugere pesquisar e reencaminhar a presidência, que seria os três laboratórios e três clínicas de imagem. (encerrado o primeiro tópico).

Desdor Elci dá início ao 2º tópico da pauta. Que se refere ao relatório de participação do 1º seminário sobre política de atenção integrada a saúde de magistrados e servidores, que ocorreu no dia 28/03/2019, no auditório superior do trabalho, representando o subcomitê em Brasília, Dra. Ana Cyra e Desembargador Elci. Dra. Ana Cyra faz a leitura do relatório para ciência dos membros do subcomitê. (relatório anexado a ata)

Dra. Ana Cyra comenta, que depois desse evento, o CNJ encaminhou solicitando uma convocação de todos os Tribunais, a fazer um plano de ação em cima dos exames periódicos das doenças mais detectadas e pelo absenteísmo (faltas e atestados por motivo de doença) de servidores e magistrados, os mesmos pedem que os subcomitês implementem ações visando diminuir o absenteísmo, informam que as 5 maiores doenças que acometem os magistrados e servidores, Dr Aldrim pergunta quais são, Dra. Margerita responde, CID 10 Z54.0 Convalescença, podendo ser uma cirurgia, uma fratura, retirada de vesícula, engloba todo esse afastamento. O segundo é pessoa acompanhando outro doente, o terceiro é de exame geral Z51, não tendo como realizar uma ação encima deles, por serem vagos. Dra. Ana Cyra, comenta que a questão do absenteísmo fica difícil de trabalhar, o que vai dá um parâmetro direto, serão os exames periódicos.

Dra. Margerita comenta em seguida, que os exames laboratoriais periódicos, vão poder gerar o atestado de saúde ocupacional periódico, onde é feito a ficha de doenças progressas, e vai ser verificado peso, altura, pressão, verificar glicemia, índices que podem gerar uma nova estatística, com a população de diabéticos, hipertensos, obesos, pessoas com transtornos sedentários. A mesma criou uma planilha, de todos os servidores, seu local físico, pela faixa etária, tudo para que possa gerar dados estatísticos a fim de responder os indicadores que o CNJ solicita. De 18 à 45; 45 à 49; acima de 50 anos. Não é somente focar em fazer o exame, mas também o resultado do exame que passa com o médico do trabalho, de como é feito o preenchimento dessa ficha, junto com o médico que vai gerar a estatística de cada um. Sugeriu pegar um fórum grande, e faria naquele mesmo, onde geraria a estatística. O custo seria de uma forma gradativa, o que seria interessante focar em um só local, para que os mesmos não pudessem perder a validade dos exames.

Desembargador Elci questiona de que forma seria feito, Dra. Margerita responde, que seria por meio de uma convocação no intranet, para que a pessoa pegue a requisição para os exames de laboratórios, para que venha no Tribunal colher os exames e assim que sair o resultado , a pessoa passaria com a mesma , preenche o formulário e emite o atestado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Desembargador Elci comenta, que o Tribunal tem feito uma medida preventiva para que as pessoas tenham uma educação alimentar, uma qualidade de vida melhor, para evitar certos tipos de doenças. Dra Ana Cyra fala a respeito da Campanha Viva Saudável, que foi feito com intuito de mostrar aos servidores uma qualidade de vida melhor.

Dr. Aldrim comenta a importância de um ponto a ser acrescentado, em relação ao papel da imprensa do Tribunal, pois nem todas as ações vem sendo divulgadas. Que o subcomitê deve passar todas as ações para serem divulgadas.

Dr. Aldrim comenta que o CNJ quer um plano de ação em cima dos dados estatísticos, em seguida Dra. Ana Cyra responde, baseado no pedido do mesmo, que através da intimação da corte, deverá apresentar um projeto para dar cumprimento ação de saúde aprovada no primeiro seminário sobre a saúde dos magistrados e servidores do poder judiciário, que consiste em criar pelo menos, um programa ou um projeto de ação com vista a reduzir as doenças mais freqüentes constatadas nos exames periódicos de saúde, além das maiores causas de absenteísmo. Dra. Ana Cyra afirma, que já tem todo um projeto em andamento, para os exames periódicos que a médica do trabalhado já fez, e que estão estudando uma maneira viável de realizar esse plano de ação. Irão encaminhar para apreciação, através do consentimento do Desdor Elci Simões e Dr. Aldrim, e assim poder, enviar para o presidente para dar uma resposta ao CNJ.

Desembargador Elci, pede licença pois necessita ausentar-se da reunião, Dr. Aldrim da continuidade a esta.

Dr. Aldrim, questiona sobre as varas privatizadas, que alguns colaboradores não pertencem ao quadro do Tribunal de Justiça, tendo em vista esta situação dentro do Tribunal, se esses exames periódicos e o levantamento estatístico abrangeria a essas pessoas. Dra. Ana responde, que não, que só abrangerá os servidores e os contratados pelo Tribunal.

Fernanda comenta que tem várias situações jurídicas, questiona até que ponto recai a obrigatoriedade do contratante das empresas privatizadas, de ter constituído ou então de exigir quanto ao comitê em relação a isso. Acrescenta a necessidade da participação da Escola do servidor nas reuniões.

Dra. Margerita comenta, que o serviço médico periódico do Tribunal, pode pedir que eles apresentem os programas de controle médico, e toda a documentação que os tem a obrigação pela empresa, que assim sendo, ameniza a responsabilidade do Tribunal. Dr. Aldrim acrescenta que é uma questão importante para os prestadores de serviços, que também envolve o ambiente de trabalho, a qualidade de vida e que da mesma forma vai impactar no serviço que os mesmos prestam, sendo que o escrivão recebe esses custos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

uma parte é revestido pra eles. Dra Margerita acrescenta que seria de responsabilidade da empresa apresentar a constituição da CIPA.

Os servidores que são contratados, pelo escrivão de uma determinada vara auxiliam em tudo, eles que dão cumprimento as determinações judiciárias, eles atendem balcão, tudo que um servidor do quadro efetivo faz, os mesmos também fazem. Logo assim, Estão diretamente prestando serviço pro Tribunal, comenta Dr. Aldrim.

A sugestão é fazer um encaminhamento para essa pessoa que contrata(escrivão), para assumir a responsabilidade subsidiária.

Sarah relata o que foi definido na reunião, quanto a primeira ação dos exames periódicos, que será feito um levantamento, pelo Serviço Social orçamentária dos laboratórios e clínicas de imagem , para estudo financeiro. E que como fica a questão das pessoas que não são servidores, mas que estão dentro do Tribunal, como as varas privatizadas.

Mauro comenta, que na capital é uma situação e no interior é híbrido, algumas pessoas o sistema tem o controle e outras são contratados pelo próprio escrivão.

Dra. Ana Cyra comenta, que existem duas situações o que o setor médico vem observando, primeira, quando ocorre concurso e os funcionários são chamados para assumir, eles passam no setor médico para fazer o admissional, mas em contra partida, esses que são contratados não passam pra fazer o admissional e nem passam para fazer o demissional, essa é a primeira que está relacionada ao subcomitê. A segunda questão, esta relacionada com o impacto orçamentário no Tribunal de Justiça, mas que poderiam começar a estudar sobre o assunto, onde os regimes de previdência dos contratados, seria o regime geral.

Dra. Ana Cyra considera que, tem que optar pela empresa de medicina do trabalho que vem com a equipe pronta, com a contratação do médico do trabalho com a divisão de qualidade, vai providenciar o engenheiro do trabalho, lembra já existir no Tribunal o engenheiro ambiental e ainda falta a enfermeira do trabalho, até então, não fizeram o concurso, pra essas duas especialidades.

Mauro coloca que participa da comissão do concurso publico e gostaria de confirmar a necessidade do médico do trabalho e do técnico do trabalho, se permanece esta necessidade, pois estão em vias de fechar o edital. Dra Ana Cyra confirma a necessidade. Mauro complementa que a sugestão dada ao presidente foi um médico do trabalho, mais cadastro reserva e dois técnicos de segurança do trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Dra. Margerita esclarece, que o TJAM se encontra no grau de risco 1, tendo mais ou menos 2500 funcionários, devendo ter um médico do trabalho, técnico de enfermagem do trabalho, engenheiro de segurança e um técnico de segurança, conforme o dimensionamento adotado pela Norma Regulamentadora NR4 (tabela anexa).

Ficou definido que é necessário ter no quadro funcional do Tribunal de Justiça um Médico do Trabalho, um técnico de enfermagem do trabalho, um Engenheiro de segurança do trabalho e um técnico de segurança do trabalho.

Todos os tópicos apresentados e não havendo mais colocações, Dr. Aldrim encerra a reunião.

Desembargador Elci Simões de Oliveira
Presidente do Subcomitê

Dr. Aldrin Henrique Rodrigues
Juiz do Subcomitê

Ana Cyra Saunders Fernandes
Divisão de Serviços Médicos

Sarah Achur Tuma
Divisão de Serviços Médicos(secretária)

Fernanda Coelho de Souza
Divisão de Serviços Sociais

Mauro Saraiva
Gestão de Pessoas

Rosimary Rodrigues
Divisão de Pessoal

Margerita Haikal
Médica do Trabalho